



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Zahkomipgik - Transparência - Integridade

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NO SECTOR PÚBLICO

Indústria Extractiva



Edição Nº 15 | 21 de Novembro de 2025 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

O GOVERNO JÁ ADMITIU O QUE NEGOU DURANTE DOIS ANOS. E O GOVERNADOR DO BANCO DE MOÇAMBIQUE?

Por: Rui Mate

A credibilidade de um banco central é o seu activo mais valioso. Quando o governador do banco central emite repetidamente afirmações públicas sobre a gestão de recursos sob sua custódia que mais tarde se revelam factualmente incorrectas, e não vem a público clarificar ou corrigir essas declarações, a imagem transmitida é devastadora. Não está em causa apenas a integridade pessoal do responsável, está em causa a confiança na própria instituição que ele dirige e, por extensão, na solidez do sistema financeiro nacional.

Na sessão parlamentar sobre a Conta Geral do Estado, a Primeira-Ministra Benvinda Levi, confirmou aquilo que o Tribunal Administrativo e o CIP vinham a apontar: parte das receitas cobradas desde Dezembro de 2022 nunca foi depositada na Conta Transitória do Fundo Soberano antes de 2024¹. Esta admissão desmonta, de forma factual, a narrativa repetida por relatórios oficiais e por intervenções públicas, incluindo declarações do Governador Rogério Zandamela, segundo as quais “*todo o dinheiro estava guardado e intocado*” no Banco de Moçambique.

O efeito prático desta contradição é imediato e profundo. Se a autoridade monetária garantiu publicamente a segurança de saldos que não existiam, então as declarações que serviam de suporte à disciplina fiscal e à confiança dos mercados perdem validade. A consequência não é apenas reputacional: investidores, parceiros de desenvolvimento e mercados exigem transparência e reconciliação de contas, não afirmações de boa vontade que não se sustentam nos números.

Mais grave é o silêncio posterior. A ausência de uma retratação técnica, de uma explicação dos mecanismos de reconciliação ou de um pedido formal de esclarecimento por parte do Banco de Moçambique

cria um vácuo de responsabilidade institucional. O banco central tem o dever de clarificar factos, apresentar extratos e explicar procedimentos de custódia. Sem isso, o público e os supervisores ficam sem os elementos necessários para avaliar riscos e responsabilidades.

A admissão do Governo reafirma algo que o CIP tem dito: o problema não se reduz a 33,65 milhões de dólares, é sintoma de um modelo de governação das receitas de hidrocarbonetos marcado por falta de transparência e por fracas salvaguardas.

Se, logo no primeiro ano do Fundo Soberano, Governo e Banco de Moçambique sustentaram durante quase dois anos informações que agora se revelam falsas, como é que os moçambicanos podem confiar na gestão futura, sobretudo quando o próprio Banco é o gestor operacional do fundo? A confirmação tardia do desvio expõe fragilidades institucionais que não se resolvem com declarações políticas. Falta explicar como se construiu esta narrativa contraditória e porque só agora foi corrigida. Para perceber o percurso completo, e o que realmente estava em jogo, vale a pena revisitar a cronologia publicada pelo CIP e o vídeo que reconstrói cada passo desta história:

Texto Completo: [Uma Cronologia Sobre o “Desvio” Anunciado do Fundo Soberano de Moçambique](#)

Vídeo: [O Desvio do Fundo Soberano: A Cronologia Explicada](#)

¹ Carta de Moçambique (2025, 20 de Novembro). Governo assume, finalmente, que parte das receitas do Fundo Soberano não estavam na Conta Transitória. Disponível no site: <https://cartamz.com/destaque/47805/governo-assume-finalmente-que-parte-das-receitas-do-fundo-soberano-nao-estavam-na-conta-transitoria/>. Acesso a 20/11/2025



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia
Sverige



UKaid
from the British people



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Rui Mate

Revisão de pares: Edson Cortez, Lázaro Mabunda

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique